



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA
Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios
16ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios

PAUTA

Data: 9 e 10 de abril de 2025

Horário: 9h às 18h

Local: Sala 735, 7º andar. Ed. Sede do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Bloco B, Esplanada dos Ministérios, Brasília – DF.

I - Abertura da 16ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios – CG-FNRB

1. Apresentação de Membros, de acordo com o art. 97 do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016;

V – Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar:

- a) titular: **Raquel Lima de Oliveira e Silva;**
- b) primeiro suplente: **Gabriela Berbigier Gonçalves;** e
- c) segundo suplente: **Mariana Rodrigues dos Santos.**

II - Instalação dos Trabalhos

2. Leitura e Aprovação da Pauta da 16ª Reunião Ordinária;
3. Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária;

III - Ordem do Dia

4. Análise e deliberação sobre proposta de alteração do Calendário de Reuniões Ordinárias do CG-FNRB para 2025. **Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;**
5. Apresentação do processo de construção participativa do componente da Sociobioeconomia do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia e o papel do FNRB para sua implementação. **Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;**
6. Apresentação do ICMBio sobre oportunidade de cooperação com o FNRB;
7. Apresentação e Análise de proposta de Cooperação com o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal e deliberação sobre atos decorrentes. **Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;**
8. Elaboração da Fase 2 do Manual de Operações do CG-FNRB;
 - 8.1. Análise e deliberação sobre o Plano de Salvaguarda Socioambiental - **Proponente: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima;**

IV. Assuntos de Ordem Geral

9. Informe sobre o estágio do Prêmio das Organizações Guardiãs da Sociobiodiversidade;
10. Informe sobre o estágio da contratação de instituição financeira federal apta a administrar, realizar a execução financeira e operacionalizar o Fundo Nacional para a Repartição de Benefícios;
11. Informe sobre o Parecer nº 00012/2024/CONSUNIAO/CGU/AGU da Advocacia-Geral da União que conclui que valores de indenizações por danos ambientais devem ser recolhidos aos fundos especiais ambientais, como o FNRB;
12. Informe sobre o Projeto de Lei que trata do conhecimento tradicional e “expressões culturais”;
13. Palavra Aberta aos Membros;
14. Encerramento.

Brasília, 9 de abril de 2025.

CARINA PIMENTA
Presidente do CG-FNRB